

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2019

(Da Sra. FLÁVIA MORAIS)

Requer informações à Casa Civil a respeito da relação de obras paralisadas no País, financiadas com recursos da União.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115, I, e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil, no sentido de esclarecer esta Casa a respeito da relação de obras paralisadas no País, financiadas com recursos da União, informando o motivo da paralisação, o valor de cada contrato, o montante de recursos federais já aplicados, o status de execução de cada obra e possíveis soluções para retomada de cada empreendimento.

JUSTIFICAÇÃO

Como se sabe, uma obra não concluída no tempo certo consome os recursos nela aplicados sem gerar retorno para a sociedade. Além de limitar o crescimento econômico do País, a paralisação interrompe a movimentação da economia local, com a restrição de empregos diretos e indiretos.

Nesse sentido é a conclusão da Auditoria Operacional do Tribunal de Contas da União (TCU), realizada para a elaboração de amplo diagnóstico das obras paralisadas no País, financiadas com recursos federais. De acordo com os resultados dessa auditoria, consignados no Acórdão nº 1.079/2019, do Relator Ministro Vital do Rêgo, atualmente existem mais de 14

mil obras públicas paralisadas no Brasil. A auditoria analisou cerca de 38 mil contratos junto à Caixa Econômica Federal (CEF), ao Ministério da Educação (MEC), ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), à Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O trabalho apontou que, dos investimentos inicialmente previstos da ordem de R\$ 144 bilhões, cerca de R\$ 10 bilhões já foram aplicados em obras paralisadas, sem que tenham sido gerados benefícios à sociedade.

Se considerarmos apenas as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), consideradas mais relevantes para o país, dos R\$ 663 bilhões inicialmente previstos para serem investidos no PAC, cerca de R\$ 127 bilhões estão atrelados a obras paralisadas, o que representa 21%.

Os principais motivos de paralisação identificados foram: técnicos (47%), abandono pela empresa (23%) e orçamentário/financeiro (10%). Entre as demais causas, citam-se óbices dos órgãos de controle e questões judiciais, ambientais e relativas a desapropriações.

Ante o exposto, solicitamos que V. Exa. encaminhe este Requerimento de Informação às seguintes Pastas: Ministério da Economia (PAC/Caixa); Ministério da Infraestrutura; Ministério da Justiça e Segurança Pública (Depen); Ministério da Educação; Ministério da Saúde; e Ministério do Desenvolvimento Regional; e que sejam esclarecidas as seguintes questões:

- a) relação de obras paralisadas;
- b) motivo da paralisação;
- c) valor dos contratos;
- d) montante investido;
- e) status da execução;
- f) possíveis soluções.

Certos de contar com a costumeira atenção de V. Exa. e dessa Casa Civil, desde já agradecemos as informações prestadas.

Sala das Sessões, em de de 2019.

Deputada FLÁVIA MORAIS